



■ A não delimitação das áreas indígenas em Almofala, no município de Itarema, vem provocando invasões e conflitos

Polícia Federal tenta conter invasões em área indígena

O Ministério Público e a Polícia Federal tentam conter as invasões nas terras dos Tremembés, em Almofala (Itarema). Na última sexta-feira, policiais determinaram a desocupação de áreas dos índios por moradores da região ■

A demarcação das terras indígenas invadem um vasto território de interesses. A não delimitação dessas áreas vem provocando invasões e conflitos. Em Almofala (Itarema), Litoral Norte, o maior aldeamento indígena está sendo destruído. Os 4.900 hectares que se estendem da beira da Praia à Passagem Rosa, onde habitam os Tremembés - únicos povos que ainda preservam alguns dos traços culturais indígenas - são disputados por moradores da região, ex-administrador do Município e até mesmo pela Prefeitura.

Além da ameaça de perder boa parte da área, a tribo assiste a des-

truição do meio ambiente. O quadro coloca os Tremembés em pé de guerra. Se pudessem lembrar seus antigos rituais, chamariam a força de seus antepassados para a lutar contra os invasores. Parece que eles não vão precisar de rituais. O Ministério Público e Polícia Federal tentaram, na última sexta-feira (4), conter as invasões e diminuir a animosidade.

Na semana passada, o Procurador da República do Ceará, Adoris Calou Sá, solicitou à Polícia Federal para que fizesse cumprir duas liminares do Ministério Público. O primeiro documento, de 21 de novembro de 1996, assinado pelo juiz federal Antô-

nio Carlos de Martins Mello, determina a imediata paralisação de obras de aterramento e construções indevidas às margens da Lagoa do Cação, por trás da Igreja de Almofala. As ações foram promovidas pela Prefeitura de Itarema, no ano passado. O Delegado da PF, João César Bertosi encontrou as casas já concluídas.

Na localidade "Batedeira", o ex-prefeito do município, José Maria Monteiro, e sua esposa, Djanira Monteiro, são acusados de cercar uma área indígena. Em liminar, de 19 de fevereiro último, o Juiz Federal substituto da 3ª Vara, Augustino Lima Chaves, determinou a presença de Oficial de Justiça no local para advertir-los das penas legais se continuarem a investir contra as terras dos índios.

As tentativas anteriores frustraram e os índios continuaram sendo agredidos e sofrendo ameaças. Na sexta-fei-

ra última, o delegado César Bertosi foi pela quarta vez à Almofala. Acompanhado de um oficial de justiça e 10 policiais federais, paralisou as obras que causam danos ao meio ambiente. Determinou ao ex-prefeito a retirada do gado na área cercada em "Batedeira".

Os policiais tentaram ainda diminuir a tensão, alertando os moradores para que evitem ameaças. A Justiça nem sempre esteve ao lado dos Tremembés. Em setembro do ano passado, a Juíza Federal da 3ª Vara, Germana de Oliveira Moraes, em sua sentença do processo de demarcação das terras dos índios, afirmou que não há ocupação tradicional na área, contrariando um relatório da Fundação Nacional do Índio (Funai) de 1993, que registra a existência dos índios Tremembés em Almofala desde o descobrimento do País e sua resistência no local até os dias atuais.

Ok